# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N° DE 2025 (Do Sr. MARANGONI)

Requer informações ao Senhor Ministro Estado de dos Transportes, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre a concessão ferroviária operada pela Rumo (anteriormente ALL América Latina Logística Malha Sul S/A).

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 15, XIII, 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre a concessão ferroviária operada pela Rumo S/A (anteriormente ALL América Latina Logística Malha Sul S/A).

Para tanto, envia os seguintes questionamentos:

#### 1. Multas e Penalidades

- a. Quantas multas administrativas foram aplicadas em desfavor da Rumo S/A nos últimos cinco anos?
- b. Quais foram os motivos e infrações que justificaram a aplicação dessas penalidades?
- c. Qual o valor total arrecadado em multas aplicadas à concessionária no período mencionado?
- d. A Rumo S/A efetuou o pagamento integral dessas multas ou há valores pendentes? Em caso de pendência, quais os valores e quais providências estão sendo tomadas?







# CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Federal MARANGONI

- e. Há processos administrativos em andamento contra a Rumo S/A por descumprimento das obrigações contratuais? Caso positivo, favor fornecer os números dos processos e um resumo dos principais apontamentos.
- f. A empresa apresentou recursos administrativos ou judiciais contra as penalidades impostas pela ANTT? Em caso positivo, qual o status desses recursos?

## 2. Fiscalização e Descumprimento Contratual

- a. Quais foram as principais ações de fiscalização realizadas pela ANTT na malha ferroviária operada pela Rumo S/A nos últimos cinco anos?
- b. Quantas notificações de não conformidade foram emitidas pela ANTT contra a concessionária no mesmo período?
- c. Houve constatação de descumprimento de cláusulas da concessão? Em caso positivo, quais foram as irregularidades mais recorrentes?
- d. A ANTT considera que a Rumo S/A vem cumprindo adequadamente suas obrigações contratuais, incluindo manutenção, conservação, segurança e atendimento às demandas ambientais e sociais?

### 3. Impactos e Consequências

- a. Diante das ações civis públicas que já condenaram a Rumo S/A em municípios como Itanhaém e Peruíbe, quais medidas foram adotadas pela ANTT para garantir que a concessionária cumpra suas obrigações?
- b. A ANTT tem recebido reclamações formais de prefeituras e da população sobre a atuação da Rumo S/A? Se sim, quais foram os principais pontos levantados?





- c. Quais obrigações de compensação ambiental e social fazem parte do contrato de concessão da Rumo S/A e de que forma essas obrigações estão sendo fiscalizadas?
- d. A concessionária já recebeu advertências ou notificações por falta de segurança na operação ferroviária, como descarrilamentos, acidentes ou abandono de trechos?
- 4. Condições da Concessão e Medidas Futuras
  - a. O contrato de concessão da Rumo S/A já passou por revisões desde sua assinatura? Caso positivo, quais foram as principais alterações?
  - b. Há previsão de renovação, rescisão ou alteração do contrato de concessão vigente?
  - c. Caso a Rumo S/A continue descumprindo suas obrigações, a ANTT prevê a aplicação de medidas mais severas, como intervenção, suspensão ou até cassação da concessão?
  - d. A ANTT possui estudos ou relatórios técnicos sobre os impactos socioeconômicos e ambientais da concessão da Rumo S/A nas cidades afetadas pela operação ferroviária?

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação de informações visa esclarecer e garantir a transparência na fiscalização e cumprimento das obrigações da Rumo S/A, empresa concessionária da malha ferroviária que, ao longo dos anos, tem sido objeto de diversas ações civis públicas e condenações judiciais.

As prefeituras de Itanhaém e Peruíbe moveram ações contra a empresa, alegando descumprimento de obrigações contratuais, especialmente no que tange à manutenção e conservação das áreas ferroviárias. Os processos





judiciais revelam que a concessionária não vem tomando medidas adequadas para evitar riscos ambientais e à segurança pública, resultando na proliferação de pragas, abandono de áreas, riscos de acidentes e degradação urbana.

Além das condenações judiciais, há relatos de reclamações da população e denúncias de prefeituras sobre o descumprimento das obrigações contratuais da empresa. A falta de fiscalização rigorosa pode comprometer não apenas a segurança e infraestrutura ferroviária, mas também a qualidade de vida das comunidades impactadas pela concessão.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que esta Casa obtenha informações detalhadas sobre as penalidades já aplicadas pela ANTT à Rumo S/A e a efetividade das sanções; os mecanismos de fiscalização empregados pela agência, verificando se estão sendo suficientes para garantir o cumprimento contratual; a atuação da ANTT diante das condenações judiciais, assegurando que a concessionária está sendo devidamente monitorada e cobrada pelo cumprimento das decisões; a transparência e a possibilidade de adoção de medidas mais rígidas, caso a empresa continue descumprindo suas obrigações.

Portanto, o presente requerimento se justifica pela necessidade de assegurar a boa governança na concessão ferroviária, promovendo o devido respeito às regras do contrato, à segurança pública, à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável das cidades afetadas.

Dessa forma, solicitamos as informações acima para que esta Casa possa avaliar a atuação da ANTT e, se necessário, propor medidas adicionais de fiscalização e regulamentação sobre a concessão ferroviária da Rumo S/A.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2025.

# MARANGONI UNIÃO/SP

